

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PRECARIZAÇÃO DA VIDA NO BRASIL: análise de indicadores sociais sobre estrutura econômica e mercado de trabalho no Governo Bolsonaro (2019-2022)

OVEREXPLOITATION OF WORK AND PRECARIZATION OF LIFE IN BRAZIL: analysis of social indicators on economic structure and labor market in the Bolsonaro Government (2019-2022)

Ana Maria Cordeiro Silva Pinto¹

Thelma Cristina Reinaldo de Aguiar Sampaio²

Maria Clara Ezequiel Marinho³

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas⁴

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar análise de indicadores sociais sobre estrutura econômica e mercado de trabalho no Governo Bolsonaro (2019-2022). O contexto da agudização das expressões da crise estrutural do capitalismo, associada à Pandemia do Novo Coronavírus e ao Governo ultraneoliberal de Bolsonaro, traz diversos desafios para a classe trabalhadora, subjugando-a à intensificação dos mecanismos de superexploração e precarização das condições de trabalho e vida. A presente análise tem como referência um estudo bibliográfico e documental, fundamentado na teoria social crítica. Para tanto, teve como principal fonte de dados documentos do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). As análises permitiram identificar os traços históricos de precarização do mercado de trabalho brasileiro, bem como as mediações deste com as configurações atuais do mundo do trabalho e os impactos para as condições de vida da população brasileira em contexto de ultra neoliberalismo, marca central do governo Bolsonaro.

Palavras-chave: Superexploração do trabalho. Mercado de Trabalho. Precarização. Governo Bolsonaro.

¹Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. E-mail: ana.pinto@aluno.uepb.edu.br.

²Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. E-mail:

³Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: claraezequiel@hotmail.com

⁴Docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: barbara@servidor.uepb.edu.br.

ABSTRACT

This article aims to present an analysis of social indicators on the economic structure and labor market in the Bolsonaro Government (2019-2022). The context of worsening expressions of the structural crisis of capitalism, associated with the New Coronavirus Pandemic and Bolsonaro's ultra-neoliberal Government, brings several challenges to the working class, subjugating it to the intensification of mechanisms of super-exploitation and precarious working and living conditions of the workers. The present analysis is based on a bibliographic and documentary study, based on critical social theory. For this purpose, documents from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) were used as a data source. The analyzes made it possible to identify the historical traces of precariousness in the Brazilian labor market, as well as its mediation with the current configurations of the world of work and the impacts on the living conditions of the Brazilian population in a context of ultra-neoliberalism, a central feature of the Bolsonaro government. .

Keywords: Overexploitation of work. Job market. Precariousness. Bolsonaro government.

1 INTRODUÇÃO

A severidade e extensão da crise contemporânea demonstra que não estamos frente a mais uma crise cíclica do capital, antes, como aponta Mézaros (2002) vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes, uma crise estrutural. Tal conjuntura, associada à crise sanitária instaurada pela emergência da Pandemia da COVID-19 e às medidas implementadas pelo governo ultraneoliberal de Bolsonaro, subjugam os/as trabalhadores/as à agudização das mais variadas formas de precarização da vida e do trabalho.

Diante disso, o presente estudo traz a síntese dos resultados da pesquisa intitulada “Superexploração do trabalho e precarização da vida no Brasil: análise de indicadores sociais sobre estrutura econômica e mercado de trabalho no Governo Bolsonaro (2019-2022)”. A análise apresenta as particularidades que o mercado de trabalho vem assumindo frente ao aprofundamento da precarização, resultado de um processo de acirramento da questão social e regressão de direitos sociais.

É uma pesquisa orientada pela crítica dialética, privilegiando um estudo de caráter documental e bibliográfico, tendo como principal fonte de dados indicadores sociais sobre as características do mercado de trabalho sob o governo Bolsonaro (2019-2022) com ênfase nos

documentos produzidos pelo IBGE, a partir da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNADc).

Ainda como objeto de análise, foi realizado um levantamento de bibliografia e análises teóricas sobre os impactos do ultra neoliberalismo e da pandemia da covid-19 para o trabalho e a vida da classe trabalhadora. A organização e sistematização dos dados coletados permitiu compreender as determinações contemporâneas e apontar suas tendências que interferem no nosso objeto de estudo.

Destacamos a relevância desse estudo, na medida em que este visa adensar o conhecimento crítico a respeito das configurações do mundo do trabalho na atualidade, o que tem desenvolvido as mais precárias formas de exploração da força de trabalho, numa realidade de avanço e agravamento da desregulamentação de direitos, com fortes implicações para a vida desses/as trabalhadores/as.

2 CRISE CAPITALISTA, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO GOVERNO BOLSONARO

Compreender criticamente o mundo do trabalho e como este se configura atualmente, em cenário de crise, perpassa, de modo basilar, pelos fundamentos da teoria social crítica. Em seus estudos acerca da sociedade burguesa, Marx (2013) expõe sua apreensão do movimento do real através, entre outros, da constituição da Lei da queda tendencial da taxa de lucros, fundamento essencial para entendermos por que o modo de produção capitalista é uma forma produtiva que, necessariamente, ao se reproduzir, gera crises de superprodução.

O entendimento desses elementos ganha particular importância frente ao desenvolvimento da crise estrutural do capital (Mészáros, 2002), que datada da década de 1970, é vivenciada no Brasil, de forma mais contundente, a partir de 1990. Acerca da referida crise, Antunes (2015) compreende esta como a mais aguda do século, que atingiu não só a materialidade da classe-que-vive-do-trabalho, mas com repercussões na sua subjetividade, frente à erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado, herdeiro da era taylorista e fordista.

Desse modo, tem-se vivenciado, ao longo das últimas décadas, o aprofundamento da barbárie capitalista. As ilusões acerca de uma possível “saída da crise” do sistema

sociometabólico do capital encontram sua impossibilidade nos limites objetivos deste modo de produção e reprodução da vida social.

Nesse quadro, marcado pela precarização estrutural do trabalho e pelo acirramento dessa no contexto das economias periféricas dependentes, o capital, tanto a nível global quanto nacional, exige o desmonte da legislação social que protege, minimamente, o trabalho. Antunes (2015) afirma que flexibilizar essa legislação é, sem dúvida, ampliar ainda mais os mecanismos de exploração da classe trabalhadora e as formas de precarização.

Além disso, essa flexibilização reflete a destruição de direitos tão arduamente conquistados desde a Revolução Industrial, ou, no caso brasileiro, desde 1930. A partir de 2017, observamos, de forma ainda mais contundente, a concretização das modificações na legislação trabalhista, que agudiza a tendência contrarreformista na medida em que anula, restringe e flexibiliza o acesso à proteção ao trabalho.

Nessa discussão, é importante enfatizar a relevância de compreender o lugar que, historicamente, o Brasil ocupa na Divisão Internacional do Trabalho. Segundo Marini (1973), nota-se características que podem ser sintetizadas na categoria de superexploração da força de trabalho, que constitui uma forma própria de apropriação da mais-valia nos países de capitalismo dependente.

A dependência é uma forma particular de reprodução do capital, baseada na superexploração, forma que reproduz a subordinação dessas economias aos centros imperialistas. Somente a partir de uma perspectiva do conjunto do processo de reprodução do capital e das relações estabelecidas nesta unidade a superexploração alcança seu significado essencial (Osório, 2013, p. 66).

O cenário da crise e das suas particularidades nas economias dependentes, somado à pandemia da COVID-19 e ao Governo ultraneoliberal de Bolsonaro, resultou num profundo acirramento das contradições postas. A eleição de Bolsonaro em 2018 é parte importante dessa conjuntura econômica, política e social. Ultra neoliberal e conservador declarado, o presidente implementou uma série de medidas que conformam a (contra)reforma trabalhista, dando subsídios legais ao processo de devastação de direitos e intensa precarização do trabalho e da vida que já se encontrava em curso.

Além disso, a pandemia da COVID-19, iniciada em março de 2020, no início do segundo ano do Governo Bolsonaro, tornou ainda pior a realidade do trabalho e da vida da população brasileira, sobretudo diante da política negacionista empreendida pelo governo. Antunes (2020)

aponta que a classe trabalhadora, no período pandêmico, encontra-se sob “fogo cruzado”, precisou realizar o isolamento social e a quarentena para evitar o contágio pelo novo coronavírus, mas esbarrou em limites objetivos e cruéis:

[...] como ficarão em isolamento social os/as desempregados/as, os/as informais, os trabalhadores/as intermitentes, os/as uberizados/as, os/as subutilizado/as, os/as terceirizado/as isto é, aqueles que não têm direitos sociais e que recebem salários somente quando executam algum trabalho? E quanto ao pequeno “empreendedor” [...] que em meio à pandemia não tem o que vender (pois não há consumidores), nem renda, nem previdência, nem convênio de saúde? Como será possível driblar o trabalho dito flexível, digital, “moderno”, que tenderá a se intensificar enormemente se o capital pandêmico continuar a comandar o mundo segundo seus interesses? (Antunes, 2020, p. 20)

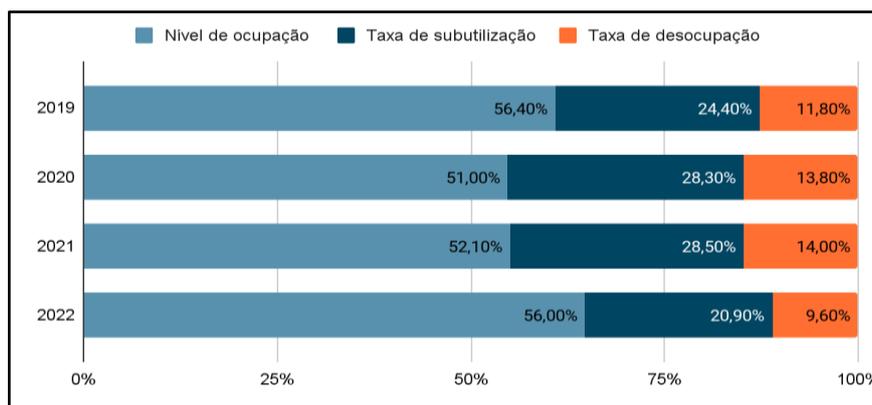
É notório que a conjuntura pandêmica ampliou ainda mais os processos de miserabilidade de amplos contingentes da classe trabalhadora, que conforme estamos abordando, já vivenciava intensos processos de exploração do trabalho e de precarização. Nesse sentido, vejamos algumas características do mercado de trabalho no Brasil sob o governo Bolsonaro segundo dados produzidos pelo IBGE, a partir da PNADc, Tal comportamento pode ser observado na série histórica da PNAD Contínua, com o recorte de três indicadores fundamentais: nível de ocupação, taxa de desocupação e taxa composta de subutilização da força de trabalho.

O nível de ocupação, que equivale ao número de pessoas ocupadas sobre a população em idade ativa, refere-se à proporção da população economicamente ativa que está empregada; a taxa de desocupação, refere-se à proporção da força de trabalho que está desempregada e procurando por trabalho ativamente; e a subutilização da força de trabalho, refere-se à parcela da força de trabalho que está subutilizada, ou seja, pessoas que estão desempregadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial.

A força de trabalho potencial inclui pessoas que desistiram de procurar emprego por falta de oportunidades ou que estão disponíveis para trabalhar, mas não estão ativamente buscando emprego.

A respeito do nível de ocupação, taxa de subutilização e taxa de desocupação entre os anos de 2019 e 2022, temos:

Gráfico 1 - Nível de ocupação, taxa de subutilização e taxa de desocupação entre os anos de 2019 e 2022.



Fonte: Elaboração própria (2023).

As informações apresentadas no Gráfico 1, relativas ao **nível de ocupação** (que refere-se às pessoas ocupadas dentro do total de pessoas em idade de trabalhar) apontam que esse sofreu uma drástica redução entre 2019 e 2020 (5,4%), o que representou um total de aproximadamente 8,2 milhões de brasileiros. Observa-se que em 2020 o percentual de pessoas ocupadas chegou bem próximo dos 50%, o que significa que quase a metade da população em idade de trabalhar estava subutilizada ou fora da força de trabalho em 2020. Em 2021, segundo ano da Pandemia, a taxa de ocupação subiu apenas 1,10%. Em 2022, a recuperação foi um pouco mais significativa, mas ainda assim não atingiu o patamar de 2019. O IBGE (2022) aponta que a população ocupada divide-se em quatro categorias, a saber: empregados com vínculo, empregado sem carteira, trabalhador por conta própria e empregador.

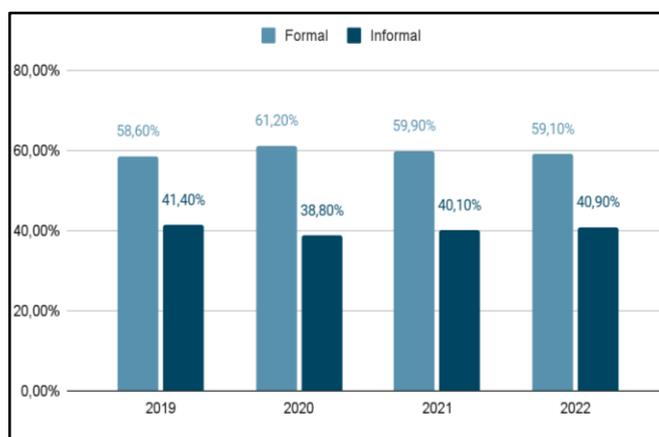
Tabela 1 - Divisão das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas por categorias - empregados com vínculo, empregado sem carteira e trabalhador por conta própria, nos anos de 2019 a 2022.

Ano	Empregados com vínculo	Empregados sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador por conta própria	Empregador
2019	39,7%	20,2%	25,4%	4,5%
2020	40,6%	18,1%	25,4%	4,8%
2021	39,2%	18,7%	26,8%	4,3%
2022	39,6%	20,3%	26,1%	4,2%

Fonte: Elaboração própria (2023).

Os dados apresentados na tabela 1 revelam que, dentro da categoria de pessoas ocupadas, notou-se um aumento da participação daqueles com vínculo de trabalho em 2020, ao passo em que se observa que decresceu a parte percentual daqueles empregados sem carteira de trabalho assinada. O IBGE (2022) aponta que esse índice de 18,1% é o menor desde 2012. No período de 2019 a 2020, período de instauração da pandemia, observa-se, conforme demonstra o Gráfico 2, um aumento percentual dos trabalhos formais e um decréscimo do percentual relativos aos trabalhos informais. Nos anos de 2021 e 2022 a tendência de queda percentual dos trabalhos formais e aumento dos informais retornou.

Gráfico 2 - População de 14 anos ou mais ocupando trabalhos formais e informais (valores percentuais) nos anos de 2019 a 2022.



Fonte: Elaboração própria (2023).

Em um contexto de crise do capital e de emergência sanitária, observar um aumento dos trabalhos formais e decréscimo do trabalho informal parece contraditório. Desde o ano de 2015 o trabalho formal vem em uma tendência de queda, enquanto os indicadores do trabalho informal vêm em tendência de alta. Nesse contexto, para compreender o fenômeno apresentado no ano de 2020 (aumento do trabalho formal e baixa do trabalho informal) precisamos considerar os números absolutos, apresentados na tabela abaixo:

Tabela 2 - População de 14 anos ou mais ocupada em trabalhos formais e informais (valores absolutos) nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022.

Ano	População ocupada em trabalhos formais (1 000 pessoas)	População ocupada em trabalhos informais (1 000 pessoas)
2019	55 644	39 312
2020	53 044	33 629

2021	53 608	35 887
2022	57 326	39 656

Fonte: Elaboração própria (2023).

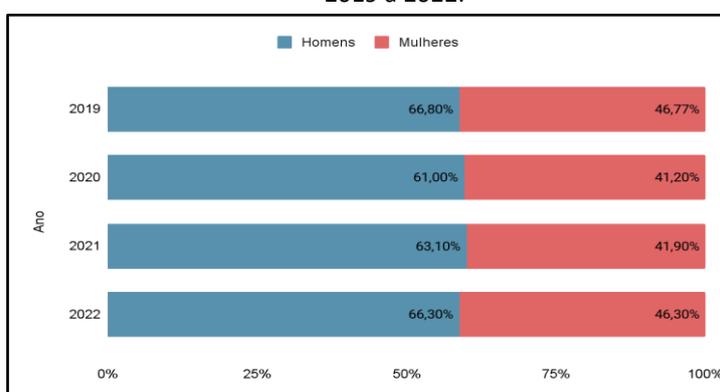
Diante dos dados apresentados, observamos uma redução generalizada entre os anos de 2019 e 2020, que atingiu tanto a população ocupada em trabalhos formais quanto informais. No entanto, no trabalho informal, a redução foi mais fortemente sentida nesse momento de instauração da pandemia do Covid-19.

Esses resultados demonstram uma particularidade desse contexto de crise associado à emergência sanitária, em que, ao contrário dos anos anteriores, o trabalho sem carteira e por conta própria não foram capazes de absorver a força de trabalho ociosa. Ao contrário, esse contexto fez com que os trabalhadores inseridos na informalidade fossem relativamente mais prejudicados, considerando o fato desses estarem mais vulneráveis à conjuntura.

Durante a Pandemia do Coronavírus o governo criou o Programa Emergencial de Suporte a Empregos foi criada uma linha de crédito de R\$ 34 bilhões para garantir o pagamento dos salários em empresas com receita anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões, com isso, as empresas ficariam impedidas de demitirem os funcionários por pelo menos 60 dias, isso justifica a situação acima descrita pois, com esta manobra, o governo conseguiu impedir uma queda mais acentuada nas ocupações formais.

A seguir, traremos as particularidades de gênero e cor ou raça, referentes ao nível de ocupação das pessoas com 14 anos ou mais no Brasil entre os anos de 2019 e 2022, de modo a revelar as intensas disparidades raciais e de gênero que historicamente marcam o mercado de trabalho brasileiro.

Gráfico 3 - Nível de ocupação com recorte de gênero de pessoas de 14 anos ou mais de idade, entre os anos de 2019 a 2022.



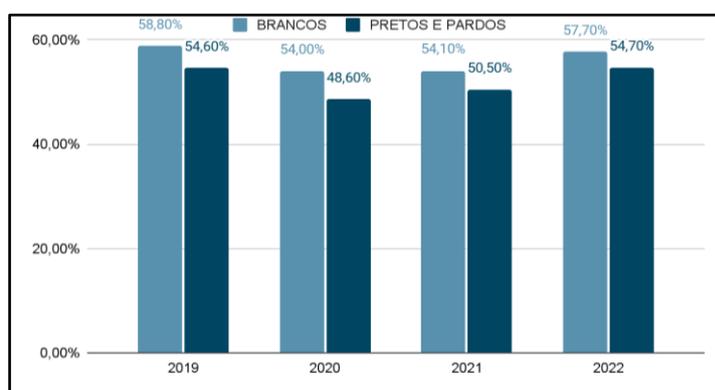
Fonte: Elaboração própria (2023).

Observamos que o nível de ocupação dos homens segue sendo consideravelmente superior ao nível de ocupação das mulheres, seguindo uma tendência histórica. Esses indicadores trazem à tona a desigualdade de gênero que possui razões estruturais e que marca o mercado de trabalho brasileiro.

Observamos também que, em 2021, o segundo ano da pandemia da COVID-19, a taxa de ocupação da população masculina ocupada apresentou uma recuperação de 2,1% em relação ao ano de 2020, enquanto a taxa de ocupação das mulheres cresceu apenas 0,70% no mesmo período. O fato é que as mulheres encontram várias dificuldades para encontrar emprego e continuar ocupadas, especialmente com a falta de políticas públicas específicas para essa finalidade.

Esse elemento denota a dificuldade das mulheres de retornar ao mercado de trabalho durante o contexto pandêmico, que relaciona-se à histórica divisão sexual do trabalho, que impõe às mulheres a responsabilidade por atividades no ambiente privado, como as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, que durante o contexto de isolamento social cresceram ainda mais.

Gráfico 4 - Nível de ocupação com recorte de raça de pessoas de 14 anos ou mais de idade, entre os anos de 2019 a 2022.



Fonte: Elaboração própria (2023).

Quando separamos as pessoas ocupadas com recorte de raça ou cor, percebemos que as pessoas brancas têm um nível de ocupação maior que a população preta e parda. Entre 2019 e 2020, observa-se uma grande queda no nível de ocupação tanto da população branca quanto parda e preta, conforme acima apresentado, mas essa redução foi de 4,8% para a primeira e 6% para a segunda.

Em toda a série histórica, a população preta ou parda apresenta o nível de ocupação em menor escala.

Tabela 3: População ocupada de 14 anos ou mais, segundo grupos de atividade.

GRUPOS DE ATIVIDADE	2019	2020	2021	2022
Agropecuária	8603	7999	8782	8507
Indústria	12424	11374	11635	12327
Construção	6950	6246	6858	7253
Comércio e reparação	18173	16729	17005	18661
Adm. pública, saúde educação e serviços sociais	16151	15667	15970	17163
Transporte, correio e armazenamento	4885	4641	4578	5227
Alojamento e alimentação	5706	4457	4405	5287
Informação financeira e outras atividades profissionais	10783	10198	10833	11489
Serviços domésticos	6123	4921	5151	5751
Outros serviços	5121	4420	4246	5284

Fonte: Elaboração própria (2023).

No tocante à divisão da população ocupada por grupos de atividade, algumas questões pertinentes precisam ser salientadas. Observamos que, de 2019 para 2020 houve forte redução de pessoas ocupadas em números absolutos em todos os 10 grupos de atividades. Destes, ganham destaque a redução naquelas categorias que o IBGE considera como integrantes do grande setor Serviços, a saber: Alojamento e alimentação (-21,9%), Serviços domésticos (-19,6%), outros serviços (-13,7%). Em números absolutos, para além das categorias acima salientadas, o grupo de atividade Comércio e reparação sofreu a maior redução, chegando a uma perda de 1,4 milhão de ocupações. Em 2021, alguns grupos que sofreram intensa perda de pessoal conseguiram se recuperar no ano de 2021, sendo que os setores da agropecuária e da Informação financeira e outras atividades profissionais foram os únicos que conseguiram igualar ou ultrapassar os números de 2019. Vale notar que o grupo de Informação financeira e outras atividades profissionais foi um dos setores que sofreu menor redução com a instauração da pandemia. Tais resultados acarretaram impactos distintos por grupos populacionais, com repercussões por nível de instrução, sexo e cor ou raça, conforme analisado a seguir.

Observamos que no ano de 2019, a população que trabalhava na agropecuária era equivalente a mais de 8 milhões e meio de pessoas, 63,5% desses trabalhadores não tinham instrução ou possuíam apenas o fundamental incompleto; já nos serviços domésticos, o quantitativo equivalia a aproximadamente 6 milhões de pessoas, e 49,8% dos trabalhadores não tinham instrução ou possuíam fundamental incompleto. Esse percentual elevado, relativo à escolaridade, prevaleceu nos anos seguintes e apontam essas duas categorias como as mais ocupadas por pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto, sendo também as que possuem os menores rendimentos.

Os indicadores por grupos de atividade revelam, ainda, características importantes na segmentação das ocupações e a persistência da segregação racial no mercado de trabalho. Observamos que nos anos analisados a presença de pessoas brancas é mais acentuada na Administração pública, educação, saúde e serviços sociais e no grupo de Comércio e reparação, com presença significativa também no grupo Informação, financeira e outras atividades profissionais. Nessas categorias os rendimentos são bastante superiores à média, como poderemos observar posteriormente. No período, a presença de pretos ou pardos é mais acentuada nas atividades de Agropecuária, na Construção e nos Serviços domésticos, assumindo em 2020, respectivamente, 60,7%, 64,1% e 65,3% de diferença da população branca, sendo essas as atividades que possuíam rendimentos inferiores à média em todos os anos analisados.

Outra informação importante a ser observada do Gráfico 1 diz respeito à taxa de desocupação (pessoas desocupadas dentro do total da força de trabalho) cresceu entre 2019 e 2020, saindo de 11,8% para 13,8% no ano de instauração da pandemia. Em termos absolutos, esse aumento representa um total de aproximadamente 1 milhão de pessoas que perderam seus empregos e ocupações entre 2019 e 2020. Na transição para o ano de 2021, o percentual continua subindo, chegando a 14% da população. No ano de 2021, em termos absolutos, o desemprego atingiu aproximadamente 14,6 milhões de pessoas. Já no ano de 2022 observamos uma redução dessa taxa, que ainda continua bem alta se observarmos os valores absolutos.

Os novos processos produtivos, no contexto da crise capitalista, têm implicado em uma extraordinária economia do trabalho vivo que tem como resultado o crescimento exponencial do denominado “exército industrial de reserva”. A reestruturação produtiva vem trazendo à tona o “desemprego estrutural” e todas as ditas inovações no mercado de trabalho somente

conduzem os vendedores da força de trabalho aos mais diversos meios de precarização, que se agravam ainda mais considerando os recortes de gênero, geração, raça e etnia.

Antunes e Druck (2015) apontam que a informalidade deixa de ser a exceção para se configurar como regra, e a precarização passa a ser o centro da dinâmica do capitalismo flexível. A terceirização, que no padrão de acumulação anterior foi posta de forma secundária ou periférica, especialmente nos países centrais, assume centralidade e amplitude para todos os tipos de atividades.

Se, no passado recente, só marginalmente nossa classe trabalhadora presenciava níveis de informalidade, desde a década de 1990 esses níveis se ampliaram muito, especialmente quando se concebe a informalidade em sentido amplo, isto é, desprovida de direitos e sem carteira de trabalho. Desemprego ampliado, precarização exacerbada, rebaixamento salarial acentuado, perda crescente de direitos, esse é o desenho mais frequente da nossa classe trabalhadora. (Antunes, 2015, p. 127).

Antunes (2015) analisa o caráter estrutural da precarização do trabalho em escala global. Para o autor, a precarização deixou de ser uma característica dos trabalhos informais, para ser uma marca presente em todo tipo de trabalho. Um enorme contingente de trabalhadores padece em trabalhos parciais, precários, temporários ou já engrossando as fileiras do desemprego. A ampliação do desemprego estrutural nesse contexto, é uma das mais nefastas manifestações do caráter destrutivo do capital contra o trabalho. A intensa precarização e destruição da força humana de trabalho, somada à degradação profunda da relação metabólica entre humanidade e natureza são duas das manifestações mais graves e virulentas desse contexto de crise, que subjagam a classe trabalhadora à intensa precarização da vida e do trabalho.

3 CONCLUSÃO

Os limites e possibilidades dos resultados até aqui apresentados indicam um perfil geral de precarização da força de trabalho. A síntese exposta revela não apenas uma tendência, mas sim um cenário consolidado de precarização generalizada da força de trabalho, que afeta tanto os trabalhadores formais quanto os informais. Esse quadro é resultado de um conjunto de fatores, incluindo a desregulamentação e a flexibilização do trabalho, que têm impacto em todos os setores e áreas da economia. Os dados demonstram os impactos do processo contrarreformista e das concretas modificações na legislação trabalhista para o mercado de trabalho em geral e os retrocessos para os/as trabalhadores/as brasileiros/as.

As mudanças na legislação trabalhista, impulsionadas pelo processo contrarreformista, têm sido um dos principais catalisadores dessa precarização, essas alterações têm gerado retrocessos significativos em termos de direitos e proteções para os trabalhadores brasileiros. Isso se reflete não apenas nas taxas de desocupação, que indicam o número de pessoas desempregadas procurando trabalho ativamente, mas também nas taxas de ocupação e subutilização da força de trabalho. A lógica ultraneoliberal, base da política de governo de Bolsonaro, orienta essas mudanças, priorizando os interesses econômicos em detrimento dos direitos trabalhistas e do bem-estar dos trabalhadores.

Essa abordagem tem levado a uma crescente pauperização das condições de trabalho e de vida dos brasileiros, exacerbada pela intensificação da crise sanitária. A pandemia de COVID-19 tem amplificado esses problemas, tornando as reformas trabalhistas ainda mais prejudiciais e acentuando a precarização do trabalho em um momento de intensa regressão das conquistas sociais e dos direitos trabalhistas.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Tabelas de indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses no mundo do trabalho. 16ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. **A epidemia da terceirização**. In: ANTUNES, R. (Org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. México: Editora Era, 1973. (Tradução de Marcelo Carcanholo e Carlos Eduardo Martins)

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

OSÓRIO, J. Fundamentos da superexploração. In: FILHO, N. A. (Org.) **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_desenvolvimento_de_dependencia.pdf. Acesso em: 10 mai. 2021.